



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
NUCLEO PERMANENTE DE CONCURSOS – COMPERVE

CONCURSO PÚBLICO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ  
(EDITAL Nº 001/2016)

PROGRAMA DE ESTUDOS

**Cargo: ADVOGADO**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

1. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Noções gerais de organização administrativa brasileira. 2. Administração Direta e Indireta. 2.1. Descentralização e Desconcentração. 3. Serviço público: noções gerais; formas e meios de prestação; concessão e permissão de serviços públicos; autorização; tarifas. 4. Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002). 5. Parcerias Público-Privadas (Lei n.º 11.079/04). 6. Bens públicos: noções gerais, espécies. 7. Poder de polícia: noção, características, formas e limites. 8. Limitações administrativas ao direito de propriedade. 8.1. Servidão administrativa. 8.2. Requisição Administrativa. 8.3. Ocupação Temporária 8.4. Tombamento e Proteção ao patrimônio imaterial 8.5. Desapropriação. Reformulei. 9. Responsabilidade civil do Estado: noções gerais, formas de exclusão da responsabilidade do Estado. Responsabilidade por omissão. 10. Servidor Público civil. 10.1. cargos, empregos e funções públicas. 10.2. Concurso Público. 10.3. Regime celetista e estatutário. 10.4. Acumulação de cargos. 10.5. Contratação temporária. 10.6. Processo Administrativo Disciplinar. 11. Atos de improbidade administrativa. Lei nº 8429/92. 12. Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/01). 12.1. Diretrizes gerais da política urbana. 13. Atos Administrativos. 14. Processo Administrativo - Lei 9.784/99. 15. Convênios Administrativos. 16. Controle da Administração Pública. 17. Lei de Acesso à Informação Pública (Lei n.º 12.527/11).
2. DIREITO AMBIENTAL: 1 Princípios do Direito Ambiental. 2. O direito ambiental na Constituição Federal. 2.2. Política Nacional do Meio Ambiente. 3. Responsabilidade civil ambiental. 4. Licenciamento ambiental. 5. Sanções penais e administrativas. 6. Resíduos Sólidos. 7. Competências em matéria ambiental.

3. DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição: conceito, objeto, classificações e estrutura. 1.1. Supremacia da Constituição. 1.2. Vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Direito Constitucional positivo. 2.1. Princípios Constitucionais explícitos e implícitos. 2.2. Federação. 2.3. Tripartição dos poderes. 3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1. Direitos individuais. 3.2. Direitos sociais. 3.3. Direitos políticos. 4. Organização do Estado e repartição de competências. 4.1. União. 4.2 Estados e DF. 4.3. Municípios. 4.4 Criação e Extinção dos Municípios 5. Administração Pública. 5.1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. 5.2. Servidores Públicos Civis. 6. Organização dos Poderes. 6.1. Função legislativa, executiva e judiciária. 6.2. Processo legislativo. 7. Controle de Constitucionalidade. 7.1. Controle de Constitucionalidade de Leis municipais. 8. Ordem Econômica e Financeira. 8.1. Política Urbana. 9. Seguridade Social. 10. Educação e Cultura. 11. Meio Ambiente. 12. Intervenção no Município.

4. DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 1.1 Lei Complementar 95/1998. 2 Pessoas Naturais. 3 Direitos da Personalidade. 4 Pessoas Jurídicas. 5 Bens. 6 Fatos Jurídicos. 7 Prescrição e Decadência. 8 Obrigações: definição; estrutura; conteúdo; classificação. 8.1 Pagamento. 8.2 Transmissão; efeitos; extinção. 9 Contratos: Definição e formação. 9.1 Requisitos de existência e validade. 9.2 Dirigismo contratual. 9.3 Interpretação. 9.4 Evicção e vícios redibitórios. 9.5 Cláusulas penais; exceção do contrato não cumprido. 9.6 Extinção. 9.7 Contrato de compra e venda. 9.8 Contrato de troca. 9.9 Doação. 9.10 Contrato de locação. 9.11 Empréstimo. 9.12 Contrato de Prestação de serviço. 9.13 Contrato de Empreitada. 10 Direito das Coisas. 11 Responsabilidade Civil.

5. DIREITO PENAL: 1. Princípios do Direito Penal. 2. Crimes em espécie: crimes contra a Administração Pública, crimes contra a fé pública, crimes contra o patrimônio, crimes contra a honra. 2.2 Crimes contra as finanças públicas. 3. Crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal. 4. Crimes de Abuso de Autoridade (Lei no 4.898/65).

6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade Social: conceito; fontes; princípios e regras gerais. 2 Interpretação das normas relativas à seguridade social. 3 Segurados. 3.1 Segurados obrigatórios. 3.2 Segurados facultativos. 4 Contribuições. 4.1 Segurados. 4.2 Empresa e Equiparados. 4.3 Isenções das contribuições sociais. 4.4. Arrecadação e recolhimento das contribuições. 5 Benefícios da previdência social. 6 Previdência complementar.

7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL Novo Código de Processo Civil, assim como suas alterações; 1. Da jurisdição e da ação. 2. Da competência interna. 3. Dos sujeitos do processo: das partes e dos

procuradores; do litisconsórcio; da intervenção de terceiros; da advocacia pública. 4. Dos atos processuais. 5. Da tutela provisória. 6. Da formação, suspensão e extinção do processo. 7. Do procedimento comum. 8. Do cumprimento da sentença. 9. Do processo de execução: da execução em geral; da execução por quantia certa; da execução contra a fazenda pública; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. 10. Dos recursos. 11. Dos Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa. 12. Juizados Especiais. 13. Execução Fiscal.

8. DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO: 1. Sistema constitucional tributário. 1.1 Limitações constitucionais ao poder de tributar. 1.2. Princípios e Características. 2. Fontes do direito tributário. 3. Obrigação tributária. 3.1. Fato Gerador ou hipótese de incidência. 3.2. Sujeitos ativo e passivo. 3.3. Obrigações acessórias. 4. Incentivos fiscais. 4.1 Imunidade. 4.2 Isenções. 5. Tributos: conceitos e espécies tributárias. 6. Tributos Municipais. 6.1 IPTU 6.2 ISS 6.3. Contribuição de iluminação pública. 7. Competência Tributária e Capacidade Tributária. 7.1 ITR e capacidade tributária municipal. 9. Crédito Tributário. 9.1. Lançamento. 9.2 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 9.3 Extinção do Crédito Tributário. 9.4. Exclusão do Crédito Tributário. 10. Processo Administrativo Tributário. 11. Processo Judicial Tributário.